VACINAÇÃO PELO SETOR PRIVADO

- Países que admitem
  - Indonésia
  - Paquistão
  - Colômbia
  - India
  - México
  - Tailândia
  - Malásia
  - Filipinas

Pontos de Discussão

- CONSTITUCIONAL
- ÉTICO
- POLÍTICO
- IDEOLÓGICO

CONSTITUCIONAL

Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Art. 194, § único,inciso VII)

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (art. 196)

São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.(art. 197)

© Copyright Tauil & Chequer Advogados, a Brazilian law partnership with which Mayer Brown is associated. All rights reserved.

MORAL

EXISTE CONTRADIÇÃO COM O COMPORTAMENTO ÉTICO A PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO NO COMBATE À PANDEMIA?

QUAL O VALOR MORAL QUE SE BUSCA ALCANÇAR COM O PROCESSO DE VACINAÇÃO? PROTEÇÃO À VIDA

COMO É ALCANÇADA A PROTEÇÃO À VIDA? MEDIANTE A INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE VACINAÇÃO ALCANÇADO A IMUNIDADE MAIS RAPIDAMENTE

VIVEMOS O DILEMA DO BONDE (PHILIPPA RUTH FOOT)

© Copyright Tauil & Chequer Advogados, a Brazilian law partnership with which Mayer Brown is associated. All rights reserved.

POLÍTICO

AUSÊNCIA DE COORDENAÇÃO DAS ESFERAS PÚBLICAS

FALTA DE ATUAÇÃO DO GOVERNO CENTRAL E APOIO A AÇÕES INEFICAZES SEM BASE CIENTÍFICA (NEGACIONISMO)

IMPOSSIBILIDADE DE PROMOVER A COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO DO SETOR PRIVADO – A MEDIDA É APRESENTADA COMO UM PALITIVO À AUSÊNCIA/OMISSÃO DO ESTADO

© Copyright Tauil & Chequer Advogados, a Brazilian law partnership with which Mayer Brown is associated. All rights reserved.

IDEOLÓGICO

A CRITICA AO SETOR PRIVADO CAI NO LUGAR COMUM DO INTERESSE MESQUINHO DOS PARTICULARES EM FACE DE INTERESSE PÚBLICO DO ESTADO

PERCEPÇÃO QUE DISTORCE O AMBIENTE DE COLABORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE E DOS SETORES ECONÔMICOS NO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS E NA SOLUÇÃO DE CRISES.

O ESTADO TEM VOCAÇÃO PARA O INTERESSE PÚBLICO, MAS NÃO É PORTADOR ABSOLUTO DELE.

© Copyright Tauil & Chequer Advogados, a Brazilian law partnership with which Mayer Brown is associated. All rights reserved.

Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário a um povo dissolver os laços políticos que o ligavam a outro, e assumir, entre os poderes da Terra, posição igual e separada, a que lhe dão direito as leis da natureza e as do Deus da natureza, o respeito digno para com as opiniões dos homens exige que se declarem as causas que os levam a essa separação.

Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, **governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados**; que**, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios** e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade. Na realidade, a prudência recomenda que não se mudem os governos instituídos há muito tempo por motivos leves e passageiros; e, assim sendo, toda experiência tem mostrado que os homens estão mais dispostos a sofrer, enquanto os males são suportáveis, do que a se desagravar, abolindo as formas a que se acostumaram. Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objecto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos Guardiães para sua futura segurança.

Copyright © 2025 Tauil & Chequer Advogados Brasil in association with Hogan Lovells

NEGÓCIOS

Nos EUA, gigantes da iniciativa privada engrossam a força-tarefa da vacinação

Empresas como Amazon, Walmart, Starbucks e Microsoft estão colocando suas estruturas e operações à disposição dos governos federal e estaduais para auxiliar a campanha de imunização no país, que contabiliza o maior número de vítimas da Covid-19

Eloá Orazem, dos EUA • 26/01/21 • 20h16

Amazon, Starbucks e Walmart são algumas das gigantes que "compraram a briga"

Enquanto no Brasil os esforços das empresas para reforçar a campanha de vacinação contra o novo coronavírus ainda enfrentam barreiras antes de gerarem ações concretas, nos Estados Unidos, a parceria entre a iniciativa privada e o Estado começa a render frutos.

Uma série de grandes corporações está se aliando a governos locais e organizações de saúde para imunizar a população americana. Entre as gigantes que compraram a briga contra a Covid-19 estão Amazon, Walmart, Starbucks e Microsoft.

O novo coronavírus já matou mais de 420 mil americanos, o que coloca os Estados Unidos como o país mais afetado pela crise. Diante desse contexto, a força-tarefa contra a Covid-19 está ganhando fôlego depois de um começo turbulento da campanha de vacinação no país, iniciada em dezembro, ainda sob a gestão do republicano Donald Trump.